# O trabalho dos(as) catadores(as): material reciclável não é lixo

Daniele Cordeiro Motta\*

MOTTA, D.C. O trabalho dos(as) catadores(as): material reciclável não é lixo. R. Museu Arq. Etn. 40: 4-20, 2023.

Resumo: Este artigo reflete sobre o trabalho feito pelos(as) catadores(as) de materiais recicláveis, partindo da ideia de que é um serviço precarizado e pensando sua origem na sociedade brasileira. Situa ainda algumas características importantes para sua análise, como o olhar para a questão racial e de gênero. O texto se baseia no pressuposto de que é necessária a valorização da categoria, discorrendo sobre a transformação sofrida ao longo das últimas décadas e a importância de desassociar o material reciclável do lixo. Tendo em vista a organização em cooperativas e associações, a relação com o Estado a partir da economia solidária e da organização pelo Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), este artigo reflete sobre como tais mudanças favoreceram a continuidade da precariedade e a instabilidade da categoria, uma vez que boa parte desses(as) trabalhadores(as) ainda depende somente da venda dos materiais para obtenção de sua renda.

Palavras- chave: Trabalho; Material reciclável; Lixo; Catador; Política.

### Introdução

Este texto é parte da pesquisa de doutorado feita entre 2013 e 2017 no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e teve como objetivo geral pesquisar o protagonismo das mulheres catadoras de materiais recicláveis, refletindo sobre a relação entre trabalho (a partir de uma perspectiva de classe), raça e gênero. Tal pesquisa foi feita no interior do estado de São Paulo, olhando para diferentes cidades no que se refere à gestão das cooperativas de materiais recicláveis, com um olhar para o protagonismo das mulheres. Apesar de este artigo ser fruto

da investigação feita no doutorado, não irei aqui examinar um estudo de caso. O objetivo central do texto é analisar, de maneira mais geral, o serviço feito pelas(os) catadores(as), pensando sua origem e sua estigmatização, bem como os processos gerais de transformação que a sociedade brasileira sofreu e que se refletiram na categoria.

A lida com os materiais recicláveis foi (e ainda é) uma alternativa de trabalho e renda na sociedade brasileira, que mantém altos níveis de desigualdade e não absorveu toda a sua população trabalhadora no mercado formal. Dessa forma, entende-se que a catação é parte da informalidade no Brasil. A principal mudança que este texto pretende situar, passando pela reflexão sobre a origem desse ofício nas cidades, é a organização desses(as) trabalhadores(as) em cooperativas e associações, que ocorre sobretudo a partir dos anos 1990.

<sup>\*</sup> Professora de Sociologia da Faculdade de Direito de Itu. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. <daniele\_motta@hotmail.com>

Se antes a catação de materiais era feita de maneira individual ou familiar nas ruas, nos lixões e nos aterros sanitários, houve uma mudanca na organização social do trabalho, pois nas cooperativas ele passou a ser coletivo e autogestionário. Além disso, tal mudanca trouxe certa visibilização da categoria, que passou a estabelecer um intenso diálogo com o Estado, por meio das políticas de economia solidária. Tal reflexão traz consigo a pergunta sobre quem são esses(as) trabalhadores(as), a partir da qual situaremos a questão racial, apontando sua relevância para a análise da categoria, e não só para pensar a origem (e a herança histórico-social brasileira), mas também a perpetuação de desigualdades.

A alteração sofrida ao longo dos anos culminou em uma importante organização social: o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Este foi de fundamental importância para a desagregação do trabalho com o lixo, que na sociedade atual, está associado ao descarte dos materiais que não têm mais serventia, ao nojo, àquilo de que se deve ter repulsa. A organização enquanto categoria laboral trouxe um novo olhar para o objeto de seu labor, que não era mais associado ao lixo, sendo tratado de forma incisiva como material reciclável.

Ao longo deste texto também será feita uma análise de sua relação com as políticas de Estado e as conquistas que a categoria organizada obteve. Ao final deste artigo, tentar-se-á fazer uma reflexão sobre a atual conjuntura no Brasil e os impactos que ela teve nos(as) catadores(as) de materiais recicláveis.

### Pensando a origem do trabalho na catação

"Quando chove eu fico quase louca porque não posso ir catar papel para arranjar dinheiro". (Carolina Maria de Jesus 2007: 129)

O livro *Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus, talvez seja o primeiro registro escrito de uma catadora de materiais recicláveis. Datado do final da década de 1950, o livro descreve o cotidiano de uma mulher, mãe solo, negra, moradora da antiga favela do Canindé em São Paulo, que sustentava sua família a partir do trabalho nas ruas da cidade catando papel, papelão e sucatas, e, muitas vezes, restos de alimentos. Seus relatos explicitam que o serviço é marcado pela estigmatização, instabilidade, precariedade, insalubridade e falta de formalização. O livro mostra que a catação existe há mais de 60 anos, e que catar sucatas e papéis era uma alternativa para muitas pessoas pobres moradoras de grandes cidades. A pergunta que fica a partir da leitura do livro é: a situação das pessoas que sobrevivem catando materiais recicláveis se alterou substantivamente?

O trabalho feito pelas(os) catadoras(es) está vinculado às mudanças advindas do processo de urbanização e industrialização, momento em que houve uma significativa alteração na produção e no consumo, que atingiu as formas de compra, venda e descarte de mercadoria e, consequentemente, a composição dos resíduos sólidos.

Um estudo feito por Berríos (2002) na cidade de São Paulo revelou que até 1957 esses resíduos eram compostos majoritariamente por materiais orgânicos, e somente a partir de 1969 a composição dos resíduos orgânicos diminuiu em relação à totalidade dos resíduos sólidos. O autor destaca que em 1927 os resíduos orgânicos correspondiam a 82% dos resíduos sólidos do município; por sua vez, na década de 1990 (1998), os resíduos orgânicos correspondiam a 53,8%. O aparecimento do plástico também merece destaque na análise dos resíduos, até a década de 1960 a catação era, principalmente, de sucatas e papelão, mas nas últimas décadas o plástico emergiu como um importante material a ser reciclado. Segundo Moreira (2012: 8),

por reunir determinadas qualidades como a leveza, que implica em redução de custos e facilita operações de transporte, a durabilidade, ductibilidade, transparência, entre outras, o plástico teve uma receptividade grande no setor de embalagens e passou, rapidamente, a ser usado de maneira intensiva.

Esses dados apresentados na pesquisa de Berríos referem-se à cidade de São Paulo, mas podem servir como exemplo das mudanças que repercutiram no país, em ritmo mais ou menos acelerado em cada município.

Nas últimas décadas houve uma crescente preocupação com os resíduos gerados no ambiente urbano, que trouxeram um novo status para o processo de reciclagem no Brasil e uma certa visibilização do trabalho feito pelos(as) catadores(as). O modelo capitalista de desenvolvimento, que incentiva o consumo de massa de bens duráveis e não duráveis consolidou uma sociedade com um excessivo descarte de resíduos. Dessa forma, segundo Motta (2017), a reciclagem passou a ser vista como solução por uma série de fatores, como: o esgotamento de matérias-primas; a necessidade do rebaixamento do custo da produção (reinserindo as matérias-primas por meio da reciclagem); a indisponibilidade e os altos custos dos aterros sanitários (que teriam seu volume reduzido com a reciclagem dos materiais); a necessidade de atendimento dos critérios de sustentabilidade (com menor poluição e prejuízos à saúde da população); e o fato de ser uma alternativa de obtenção de renda em uma sociedade (a brasileira), que apresenta altos índices de desemprego, pobreza e desigualdade. Este último revela que a indústria da reciclagem no Brasil se desenvolveu (e ainda se mantém) porque encontrou no país um enorme potencial de exploração da população em condições de pobreza,

A reciclagem no Brasil só se tornou possível em grande escala quando o recolhimento e a separação dos resíduos se mostraram uma tarefa viável e de baixo custo, isto é, realizável por trabalhadores cuja remuneração compensasse investimentos de tecnologia para o surgimento do setor de produção de material reciclado. (Bosi 2008: 104)

Foi a partir da superexploração do trabalho feito pelas(os) catadoras(es) que a indústria da reciclagem no Brasil se fortaleceu. Segundo o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis<sup>1</sup> (MNCR),

A indústria da reciclagem no Brasil é abastecida por bolsões de miséria espalhados por todo o país, segundo estimativa do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), 90% de tudo que é reciclado vem das mãos dos cerca de 800 mil catadores e catadoras em atividade nas ruas das metrópoles, que atuam diretamente dentro de lixões a céu aberto ou organizados em cooperativas e associações. (MNCR 2009: 21)

A origem do serviço de catação de recicláveis mostra como o exercício dessa profissão foi uma forma de sobrevivência, de tentativa de alguma obtenção de renda numa sociedade que não incorporou a totalidade da sua população nas oportunidades abertas pelo desenvolvimento capitalista. Parto do pressuposto de que a situação de precariedade vivida pelos(as) catadores(as)<sup>2</sup> também está vinculada à herança escravocrata da sociedade brasileira, sendo fundamental olhar para a questão racial. Segundo pesquisa feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em 2013, a maior parte das(os) catadoras(es) são negros e negras; 66,1% das(os) catadoras(es) de materiais recicláveis do Brasil se declararam negra(o) ou parda(o) (IPEA, 2013). Da mesma forma, devemos nos atentar à enorme presença feminina nas cooperativas. Segundo Wirth (2011), o Movimento Nacional de Catadores de materiais Recicláveis (MNCR) reconhece que cerca de 75% do total da categoria organizada em cooperativas e associações são compostos por mulheres.

- 1 O Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis surgiu em 2001 e foi de fundamental importância para a luta e para as conquistas da categoria. Mais adiante neste texto irei falar brevemente sobre essa experiência.
- 2 Hoje uma parte dessas(es) trabalhadoras(es) está organizada(o) em cooperativas e associações, vinculados aos preceitos da economia solidária, sendo seus locais de trabalho também nomeados como Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Mais adiante discutiremos o processo de formação das cooperativas e a economia solidária.

No site do próprio movimento existem várias matérias e indicações sobre a predominância de mulheres na categoria<sup>3</sup>. Motta (2017), em sua pesquisa sobre a organização política das mulheres catadoras do estado de São Paulo, também revelou um expressivo indicador racial e de gênero na categoria: 67% das entrevistadas se declararam negras ou pardas e, do total de entrevistadas na pesquisa, 40% das mulheres mantinham a casa sozinhas, somente com a remuneração da cooperativa. A autora ainda faz o cruzamento das mães solo com a variável de raça, chegando ao resultado de que 74% das mulheres que mantêm a casa sozinhas (com a renda que conseguem trabalhando nas cooperativas) são negras e pardas. Dessa forma, deve-se considerar que boa parte das(os) trabalhadoras(es) que atuam na reciclagem é negra(o) e mulher, fatores importantes para a reflexão sobre a desvalorização do serviço.

A partir da análise do processo de formação do mercado de trabalho no Brasil, percebe-se que, mesmo com as oportunidades de emprego abertas com o desenvolvimento do capitalismo (no início do século XX), não houve uma incorporação de toda a população trabalhadora do país, e boa parte da população nacional ficou à margem do mercado, sobrevivendo de maneira informal, característica até hoje relevante na economia brasileira. Entender essa questão desde sua origem é importante para a análise de diversas formas de sobrevivência no Brasil, não somente a catação. Nesse processo a população negra foi a principal afetada, pois teve que lidar com os critérios de avaliação social largamente apoiados na ideia da "inferioridade da raça negra".

Baseio-me na análise feita por Florestan Fernandes (2008a: 56) sobre esse processo, para quem "a universalização do trabalho livre foi separada das reparações aos ex-agentes do trabalho servil e do destino que cumpria dar à sua força de trabalho". As medidas sociais que poderiam colocá-los em condições de atuação e competição no mercado não foram garantidas pelo processo de industrialização. Também é preciso

3 Ver: www.mncr.org.br.

levar em conta que os anos de escravidão foram responsáveis por criar estereótipos, baseados na ideologia da "inferioridade" da população negra, que ajudaram a mantê-los numa posição social subalterna. Por isso, "o preconceito de cor se elaborava como uma categoria histórico-social, indicando porque 'classe' e 'raça' se misturavam de maneira tão intricada" (Fernandes 2008b: 114). Da mesma forma, é fundamental entender que a questão de gênero está vinculada aos processos de dominação no processo social brasileiro. Segundo Nascimento,

As formas patriarcal e racista de dominação são estreitamente interligadas. Sua especificidade não nega seu inter-relacionamento com a dominação econômica, sobretudo em sociedades coloniais com economias fundadas no regime escravista. Por isso mesmo, a crítica à dominação racial se entrelaça implicitamente com a crítica ao patriarcalismo (Nascimento 2003: 69).

As avaliações negativas sobre um determinado ofício ainda estão apoiadas em ideias advindas do período escravocrata, em que a ocupação braçal/pesada/suja⁴ era "serviço de preto". A busca pela catação de materiais recicláveis foi uma alternativa (e ainda é) a um mercado de trabalho que não agregou massivamente a população brasileira. Por isso, é importante salientar a questão racial e de gênero presente nas cooperativas de catadores(as) de materiais recicláveis e em EES de diversos setores. Diversos estudos que abordam a questão de gênero ressaltam a presença forte de um público feminino nas experiências das cooperativas e associações⁵.

- 4 Falando especificamente da catação de materiais recicláveis, é interessante observar como o trabalho está até hoje atrelado ao lixo, o que torna a ocupação ainda mais desvalorizada, criando forte estigmatização desses(as) profissionais.
- 5 Ver: Andrade (2008); Costa & Neves (2007); Dias, Matos & Ogando (2013); Guérin (2003); Schwengber (2003); Silva (2009); Wirth (2011, 2013).

Segundo Silva (2009: 44), "o público que trabalha nos empreendimentos econômicos solidários geralmente é composto por mulheres pobres com baixa qualificação, mães chefes de família, com idades bem variadas, sendo que muitas delas têm idade acima de 30 anos". Isso é um reflexo da situação da sociedade como um todo: as mulheres vão trabalhar na catação por uma dificuldade de ingressar no mercado formal. Essa é uma questão principalmente para mulheres com baixa qualificação e escolaridade ou em idade mais avançada, que buscam alternativas nos empregos autônomos (Araujo 2012). Olhando especificamente para as mulheres negras, é possível afirmar que elas são principais as preteridas, já que os atributos de sexo e cor (ser mulher e ser negra) explicam boa parte da desigualdade salarial, que chega a 33% face aos salários médios dos homens brancos (Abreu, Jorge & Sori 1997). Isso se deve a uma série de desigualdades sociais que se traduzem em menos oportunidades de empregos mais bem remunerados para essas mulheres.

Sendo assim, não é, portanto, uma coincidência histórica que uma categoria que demorou anos para ser legalmente reconhecida<sup>6</sup> e ainda é altamente desvalorizada e associada ao lixo tenha um alto número de negros(as) e mulheres.

É inegável que o desenvolvimento capitalista no Brasil abriu novas possibilidades de integração do "povo pobre", mas o processo histórico-social brasileiro demonstrou que o crescimento econômico não atenuou as desigualdades.

O estudo sobre a catação de recicláveis ajuda a entender que parte da população pobre brasileira experienciou relações laborais que não passavam pelo mercado formalizado. Por isso, o estudo sobre a categoria permite entender que o processo de modernização capitalista por si só não foi suficiente para acabar com a situação de pobreza extrema, precariedade, informalidade e estigmatização. O caso das(os) catadoras(es)

é um exemplo de alternativa de trabalho nas brechas do sistema capitalista moderno.

As(os) trabalhadoras(es) da reciclagem sofreram as consequências do processo histórico-social de exclusão na sociedade brasileira. Sem conseguirem empregos formais, a catação foi o sustento para muitas famílias. Pelos relatos de Carolina Maria de Jesus percebe-se que a catação é alternativa de sustento para parte das famílias brasileiras, que não conseguem uma ocupação em atividades formais, pelo menos desde a década de 1950. Na sociedade brasileira as pessoas que não tinham alternativas de trabalho para sobreviverem nas cidades vasculhavam as latas de lixo em busca de utilidades para sua vida. Essas utilidades podiam ser comida, utensílios domésticos diversos, roupas, sapatos e o material possível de ser reciclado e por isso passível de venda. Essas pessoas mataram sua fome (pelo menos em parte), cataram latas, papéis, estopas e ferros para depois vendê-los. Dessa maneira obtiveram suas casas e coisas, criaram seus filhos e filhas. Lendo o diário da catadora Carolina Maria de Jesus, essa relação com o lixo aparece da seguinte maneira: "achei um saco de fubá no lixo e trouxe para dar ao porco. Eu já estou tão habituada com as latas de lixo, que não sei passar por elas sem ver o que há dentro" (Jesus 2007: 130). Essa fala, escrita em 1958, pode ser comparada a que já ouvi de algumas catadoras, que iniciaram no lixão, e que reproduzo de forma livre aqui: "olha nós passamos muitas dificuldades no lixão, mas fome eu nunca passei não". Outra catadora disse assim: "eu descobri que no lixo eu ia encontrar comida pros meus filhos".

Com o passar das décadas, a situação de informalidade e desigualdade social se alterou, sem, no entanto, ser superada. Durante as décadas de 1980 e 1990, houve o processo de reestruturação produtiva e a tendência à desestruturação do mercado de trabalho, quando muitos trabalhadores(as) perderam seus empregos. (Leite 2011; Cherfem, Leite & Wirth, 2014).

Nesse cenário, a catação foi procurada como uma alternativa de obter renda

<sup>6</sup> A profissão de catador de material reciclável só foi reconhecida em 2022, na Classificação Brasileira de Ocupações (Brasil 2002).

por muitas pessoas que perderam seus empregos e esse foi o momento em que também surgiram possibilidades de organização por meio de cooperativas e associações.

### Entre visibilidade e precariedade

A década de 1990 marcou o surgimento de inúmeras associações e cooperativas de catadoras(es) de materiais recicláveis, incentivadas por iniciativas em todo o Brasil de fechamento de lixões, a partir de denúncias das condições de trabalho e da necessidade de pensar uma nova forma de gestão para o problema dos resíduos sólidos urbanos. Foi em 1989, na cidade de São Paulo, que surgiu a primeira cooperativa de catadoras(es) de materiais recicláveis do país, a Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (Coopamare), importante experiência para que outras iniciativas surgissem pelo país.

Apoiados por diversos setores da sociedade, como universidades, setores da Igreja Católica, organizações não governamentais, prefeituras, ministérios públicos do trabalho, dentre outros, catadores(as) de diversas regiões do país fundaram associações e cooperativas (Cherfem, Leite & Wirth, 2014; Fé & Faria 2011; Leite & Georges 2012; Zanin & Gutierrez 2011).

Se até então a catação de materiais recicláveis acontecia nas ruas, aterros e lixões, houve um incentivo para que tais trabalhadores(as) se organizassem em cooperativas e associações. O processo de abertura de cooperativas e associações de catadoras(es) também marcou uma nova relação com o Estado. É importante frisar que não é uma coincidência que o momento de surgimento das cooperativas é também um novo momento do modelo de acumulação capitalista, assentado na flexibilização das leis trabalhistas. Denominado de reestruturação produtiva, ele trouxe uma redefinição do desenvolvimento do capitalismo após um período de crise. Sobre esse processo, Leite (2011) destaca que no Brasil houve uma desestruturação bastante significativa do mercado de trabalho a partir

dos anos 1990, quando as políticas neoliberais foram postas em prática<sup>7</sup>.

O Estado assumiu o papel de reduzir ou flexibilizar os direitos sociais das(os) trabalhadoras(es), e os impactos que essas políticas causaram na organização das classes populares modificou a relação que os catadores, a partir de sua organização por meio do movimento social, tinham com o Estado. Segundo Gohn (1997, 2007) nos anos 1990, com a ideia de Estado mínimo, surgem as articuladoras: as Organizações Não Governamentais (ONGs). Para a autora, "trata-se das novas orientações voltadas para a desregulamentação do papel do Estado na economia e na sociedade como um todo, transferindo responsabilidades do Estado para as 'comunidades' organizadas, com a intermediação das ONGs" (Gohn, 1997: 34). A relação dos movimentos sociais com o Estado passou a ser, muitas vezes, mediado pela ação das ONGs.

Esse foi um momento em que se enfatizou a informalidade, e as ONGs foram responsáveis por intermediar a utilização do trabalho comunitário de baixo custo de forma a criar oportunidades para os desempregados e subempregados. As ONGs ganham uma importância nesse processo, que também visibiliza o ofício dos pelos(as) catadores(as) e estimula a formação de cooperativas e associações, pois são elas que fazem a intermediação com o Estado, a capacitação e o acompanhamento desses processos.

As políticas para o setor informal tentam remediar a perda da legitimidade do Estado, que, ao normatizar aquele setor, leva a que situações informais de trabalho ou de habitação sejam redefinidas, de modo a não mais serem percebidas como excludentes e negadores dos direitos de cidadania. (Gohn, 2007: 296)

<sup>7</sup> No Brasil, o neoliberalismo expressou-se por meio da privatização das empresas públicas, da abertura comercial (Boito Jr. 2002) e de uma certe flexibilização de direitos das(os) trabalhadoras(es). Dessa forma, consolidou-se um quadro de precariedade nas relações trabalhistas, aumentando em grande medida o desemprego, a informalidade e as cooperativas de trabalho. Nesse momento também é difundida a ideia do Estado mínimo.

Iunto com a criação de cooperativas e associações houve certo reconhecimento da importância das(os) catadoras(es), sobretudo nos anos 2000, o que fez com que essas(es) trabalhadoras(es) se articulassem demandando melhorias, tornando públicas as péssimas condições de trabalho e vida, principalmente nos lixões e aterros. O reconhecimento dessa situação e a pressão de órgãos fiscalizadores (Ministério Público, Ministério Público do Trabalho e Companhia Ambiental do Estado de São Paulo [Cetesb]) coagiu os poderes públicos municipais, que expulsaram esses(as) trabalhadores(as) desses locais sem dar como contrapartida uma solução para elas(es)8. A questão tornou-se a seguinte: quais medidas adotar para essas pessoas não perderem sua fonte de renda?

Dessa forma, deve-se pensar as mudanças no serviço das(os) catadoras(es), sobretudo da organização em cooperativas e associações, tal qual sugerem Leite & Georges (2012), associadas ao processo de reestruturação econômica, à transformação no papel do Estado com a adoção de políticas neoliberais, ao crescimento do desemprego, às políticas de precarização, ao surgimento dos novos movimentos sociais e ao aparecimento de ONGs e associações.

Leite (2011) faz uma diferenciação entre precarização e precariedade que é importante para a compreensão das mudanças ocorridas na catação. A autora entende precarização como um processo relacional, que só pode ser compreendido levando em consideração um período histórico; por sua vez, a precariedade corresponde a determinadas formas de inserção ocupacional que ficam aquém dos direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora. As ocupações precárias são, portanto, marcadas pela instabilidade,

8 Entretanto, essa pressão por parte dos órgãos fiscalizadores não foi massificada, restringindo-se a poucas experiências no Brasil. Esse cenário altera-se com a aprovação da Política Nacional de Residuos Sólidos em 2010 (como veremos adiante). A pressão por parte do Governo Federal para o fechamento dos lixões existe, mas, ainda assim, os processos de fechamento de lixões com inclusão social e produtiva das(os) catadoras(es) de materiais recicláveis ainda são escassos.

falta de proteção, insegurança no que tange à proteção social e vulnerabilidade econômica ou social. O trabalho das(os) catadoras(es), ainda que esteja muito aquém dos direitos trabalhistas, passou por um processo de reconhecimento nos últimos anos, por isso podemos considerar que, quando deixam de atuar nos lixões e aterros sanitários para se organizarem em cooperativas, ocorrem certas melhorias nas condições laborais e a não precarização, ainda que a precariedade se mantenha.

# "Coleta seletiva sem catador é lixo!": o trabalho dos(as) catadores(as) no mundo contemporâneo

Uma das reivindicações do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) é que a coleta seletiva seja feita pelas catadoras e catadores, e não por empresas contratadas. Essa mensagem é facilmente percebida por uma palavra bastante utilizada pela categoria: "coleta seletiva sem catador é lixo!". Quando a coleta é feita pelas(os) catadoras(es), o processo de conscientização sobre a separação dos resíduos é contínuo. Ao longo do processo de trabalho realizado na coleta os(as) catadores(as) já estabelecem um contato direto com a população, orientando sobre o que é reciclável e o que não é. Quando o serviço é feito por uma empresa contratada, ela geralmente recebe pela tonelada coletada, e não tem nenhum interesse na triagem e na qualidade do material, por isso pouco importa o que está sendo coletado, já que as(os) catadoras(es) vão ter que pôr a mão no lixo para separar o material. Quando não há a separação correta do material, eles chegam até as cooperativas e associações misturados com outros resíduos que não são passíveis de reciclagem, como os resíduos orgânicos, os contaminados (dejetos hospitalares) etc. Essa situação faz com que a função na triagem dos materiais se torne insalubre.

O processo de trabalho das(os) catadoras(es), organizados em cooperativas e associações, funciona mais ou menos de forma parecida, com algumas alterações a depender da organização de cada empreendimento e da relação com o poder público local. As etapas do processo são: 1) a coleta dos materiais; 2) a triagem do material por meio da separação por tipos (vidro, plásticos, ferros, alumínios, papel, papelão etc.); 3) prensagem dos materiais; 4) estocagem e comercialização desses materiais.

A coleta seletiva é feita nos bairros, nas empresas e nos estabelecimentos comerciais de cada município. A depender da cidade, a coleta pode ser feita de forma organizada pelas catadoras e catadores da cooperativa/associação, por uma empresa contratada pela prefeitura que recolhe o material e destina para as cooperativas ou pela própria prefeitura.

Um dos estigmas associados ao ofício dos(as) catadores(as) está relacionado à ideia do trabalho com o "lixo". É fundamental entender que esse termo é inapropriado, pois o lixo é algo que não tem mais utilidade, e por isso também não tem valor econômico. O material reciclável, por outro lado, é passível de reutilização e reuso, tendo valor econômico. Dessa forma, não deve ser utilizada a palavra lixo para designar o material reciclável. Para Grimberg (2005: 11),

É preciso diferenciar lixo de resíduos sólidos – restos de alimentos, embalagens descartadas, objetos inservíveis quando misturados de fato tornam-se lixo e seu destino passa a ser, na melhor das hipóteses, o aterro sanitário. Porém, quando separados em materiais secos e úmidos, passamos a ter resíduos reaproveitáveis ou recicláveis. O que não tem mais como ser aproveitado na cadeia do reuso ou reciclagem, denomina-se rejeito. Não cabe mais, portanto, a denominação de lixo para quilo que sobra no processo de produção ou de consumo. Marcar estas diferenças é de suma importância.

Essa diferenciação entre lixo e material reciclável é fundamental para a valorização da atividade de coleta e separação dos resíduos.

Motta (2017: 33) mostrou, a partir da fala das próprias catadoras, a importância dessa diferenciação e percebe-se a relação entre o processo de organização coletiva da categoria e a valorização da sua atividade como forma de superar esse preconceito, a partir da fala das próprias catadoras.

Tem gente que vem aqui acho que pensa assim, pra eles o nosso serviço é lixo, não é material reciclável [...]. Então assim pra eles como nós trabalha nesse serviço, acho que eles fala assim: "ó são tudo cambada de porco na casa, tudo cambada de lixeiro". (Regina)

O trabalho nosso é tão importante como o do médico, como um qualquer outro, é um trabalho digno. A maioria das pessoas falam: "ah, você mexe com o lixo". Eu falo: "não, eu não mexo com o lixo, mexo com material reciclável". (Luciana).

As pessoas não falam que a gente é catador, as pessoas falam que a gente trabalha com o lixo. Quando fala isso eu já olho pra pessoa né? E antes eu ficava sem graça, mas hoje não, já olho pra pessoa e já falo na lata: materiais recicláveis. A gente não trabalha com o lixo, a gente trabalha com materiais recicláveis. (Cassia).

As(os) catadoras(es) mostraram para toda a população que o que todos pensavam ser lixo na verdade não era. A partir disso começaram a retirar seu sustento da venda dos materiais que catavam. Ainda hoje se observa que, na cadeia produtiva da reciclagem, as(os) catadoras(es) geralmente obtêm a remuneração apenas com a venda dos materiais<sup>10</sup>, sem receber pelo serviço que prestam de coleta, triagem e prensagem do material reciclável, além da destinação final ambientalmente correta. A consequência disso é uma extrema instabilidade na renda,

<sup>9</sup> Cabe destacar que ainda podemos observar a existência de catadores(as) de materiais recicláveis que não atuam em cooperativas, fazendo o processo de coleta, separação e destinação de forma autônoma.

<sup>10</sup> Cabe colocar que já existem cooperativas em algumas cidades no Brasil que são contratadas pela prefeitura de seu município pelo serviço que prestam de limpeza urbana e destinação correta dos resíduos sólidos e que, por isso, além de receberem pela venda do material, recebem pelo serviço de utilidade pública que prestam aos municípios contratantes.

pois os materiais recicláveis são commodities (aparas de papel, sucata de ferro e plásticos) classificadas como mercadorias primárias, ou matérias-primas, que têm seu preco estabelecido de forma global. Os materiais coletados têm seus preços negociados em vários países e sujeitos às variações que as indústrias praticam ao redor do mundo, cotadas em dólar (MNCR, 2009: 55). Além da oscilação dos precos, a dependência direta das vendas dos materiais também pode ser afetada por outras conjunturas, como a observada na pandemia de covid-19, em 2020, que deixou os(as) catadores(as) numa situação complicada: ou paravam de trabalhar e de receber para se proteger do vírus, ou continuavam mesmo expostas(os).

Dessa maneira, Motta (2017: 35), aponta que

[...] apesar de realizarem a coleta e a triagem de materiais recicláveis de modo a possibilitar a sua reinserção na cadeia produtiva da reciclagem e prolongar o tempo de vida útil não só dos materiais, mas também dos locais de disposição final de resíduos sólidos (como aterros e lixões), as(os) catadoras(os) comumente não recebem por tal trabalho e possuem como renda apenas o que é fruto da comercialização dos materiais.

Isso leva à constatação de que a maior parte do ofício feito pelos(as) catadores(as) não é devidamente remunerada.

Mesmo com toda a visibilidade e transformação que a catação ganhou nos últimos anos, a indústria da reciclagem no Brasil mantém seu custo baixo, porque explora o trabalho gratuito que as(os) catadoras(es) fazem ao recolher e separar os materiais.

É, portanto, a superexploração das(os) catadoras(os) que faz com que a reciclagem no país apresente rentabilidade para os atravessadores e para a indústria de reciclagem, existindo uma relação direta entre a quantidade de pessoas pobres disponíveis para fazer o serviço com os materiais recicláveis e os altos índices

da reciclagem no Brasil<sup>11</sup>. A superação dessa condição tem sido constantemente discutida pela categoria, organizada no MNCR, que luta para possibilitar melhorias na valorização de sua ocupação, sendo a contratação pelos serviços prestados uma das alternativas.

## A economia solidária e o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis

Foi nos anos 2000 que, de forma mais evidente, a economia solidária se consolidou como uma política pública voltada para diversos setores de trabalhadoras(es) historicamente excluídas(os) ou em processo de exclusão. Segundo Singer (2002), a crise social das décadas de 1980 e 1990 aumentou o número de desempregados e acentuou a exclusão social no país, momento em que, segundo o autor, a economia solidária no Brasil assumiu a forma de cooperativa ou associação produtiva, de diversos setores, a partir da organização coletiva e autogestionária. Nesse contexto, surgiu em 2003 a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Dessa forma, o Governo Federal passou a olhar para as(os) catadoras(es) de materiais recicláveis como um importante segmento da economia solidária e como uma categoria de trabalho.

O campo da economia solidária é amplo e heterogêneo, com diferentes perspectivas. Parto da ideia de que as cooperativas e associações autogestionárias são uma alternativa social dos(as) trabalhadores(as) para obtenção de renda e para a constituição de outra dinâmica produtiva e outras relações laborais, em concordância com autores como Neves (2012), Holzman (2012) e Gaiger (2012), dentre outros.

<sup>11 &</sup>quot;De acordo com a Associação Brasileira do Alumínio (Abal) e a Abralatas, em 2016 o Brasil reciclou cerca de 280 mil toneladas de latas de alumínio, atingindo um índice de reciclagem de 97,7%, o que mantém o país entre os líderes mundiais no segmento desde 2001. No mundo aproximadamente 75% desse tipo de material é reciclado". Disponível em: <a href="https://movimentolixocidadao.com.br/brasil-e-o-maior-reciclador-de-aluminio-do-mundo">https://movimentolixocidadao.com.br/brasil-e-o-maior-reciclador-de-aluminio-do-mundo</a>. Acesso em: 24/08/2021.

É importante acentuar que o servico feito pelas(os) catadoras(es) de materiais recicláveis é anterior à criação da economia solidária, pois já era feito nos lixões/aterros e nas ruas de forma individual ou a partir de uma organização familiar, conforme inclusive o próprio livro de Carolina Maria de Jesus (2007) relata. A mudanca que ocorreu com o advento da economia solidária incidiu na organização do ofício, com incentivos para a criação de cooperativas e associações de forma coletiva e autogestionária. Essa mudanca também atuou em prol do aprendizado coletivo e democrático, por meio da participação nas esferas decisórias pertinente a uma cooperativa e nos enfrentamentos com o poder público que a categoria constantemente trava em torno da gestão dos resíduos sólidos. Essas mudanças foram importantes para a valorização e o reconhecimento social da categoria. A experiência nas cooperativas e associações foi (e ainda é) uma importante prática de solidariedade que, além de atender à necessidade de obtenção de trabalho e renda, também atende outras necessidades, como: inserção social e autonomia, proporcionando aprendizagem e experimentação democrática.

Com a organização em cooperativas e associações, se iniciou no final da década de 1990, a partir de experiências que apontavam para a necessidade de organização como alternativa para a superação da condição individualizada e inferiorizada, as primeiras articulações entre as(os) catadoras(es) de diferentes regiões do país, que posteriormente iriam fundar o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Em 1999 ocorreu o 1º Encontro Nacional de Catadores em Belo Horizonte (MG), e em 2001, durante as discussões do primeiro Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, se formou o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).

A articulação no movimento social foi importante para a valorização e o reconhecimento da categoria. De acordo com Warren (2006), esse novo contexto aberto para a catação, a partir da década de 1990,

trouxe visibilidade para novos sujeitos sociais num novo cenário político.
Essa organização como movimento social é central para compreender as diferentes relações sociais das(os) catadoras(es) e sua transformação como sujeitas(os) políticas(os). Atualmente, como movimento social, estão aptas(os) a participarem em conjunto com o governo na construção e na execução de políticas públicas para a categoria. Pode ser considerada como a primeira conquista do movimento a inserção da ocupação de Catador de Material Reciclável na Classificação brasileira de Ocupações (CBO)<sup>12</sup>, em 2002, responsável por nomear e descrever as ocupações.

É importante entender nos anos 2000 a movimentação em torno do ofício com os materiais recicláveis, tanto do ponto de vista da consolidação da economia solidária quanto da organização dos(as) catadores(as) por meio do movimento social. Essa movimentação envolveu diversos setores da sociedade civil como ONGs, incubadoras de cooperativas populares vinculadas às universidades, sindicatos - e um importante papel do poder público. A institucionalização da economia solidária, com a criação em 2003 da Secretária Nacional de Economia Solidária (Senaes) no interior do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foi fundamental, pois começava a execução de políticas públicas de fomento à geração de trabalho e renda para o que passou a se denominar Empreendimentos de Economia Solidária (EES), dentre eles os EES de reciclagem (Leite & Georges 2012). Foi também em 2003 que houve uma transformação na relação entre as(os) catadoras(es) e o Estado, a partir da abertura de diversos editais públicos de fomento. Cabe ressaltar, entretanto, a instabilidade dessas políticas, pois ainda que tenham surgido vários editais, a política pública por meio do edital é insuficiente, visto que o público

12 A ocupação está inscrita dentro da familia ocupacional identificada pelo código 5.192 que recebeu o título de "Trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável" e agrupa as seguintes ocupações: catador de material reciclável, selecionador de material reciclável e operador de prensa de material reciclável" (Brasil 2002).

dos EES do ramo da reciclagem é composto por muitas pessoas analfabetas ou semialfabetizadas. Isso coloca uma dependência da categoria em relação a ONGs e incubadoras para a escrita e realização desses projetos, podendo até romper com a autonomia da cooperativa/associação. Além disso, a burocracia que exigem para a execução desses projetos também é um empecilho para as cooperativas. A lógica concorrencial do edital também privilegia alguns EES consolidados e não abre a possibilidade para outros, que se encontram mais precarizados e vulneráveis.

Um ponto importante de diálogo da categoria com o Estado ocorreu por meio da criação do Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis<sup>13</sup> (Ciisc), estabelecendo-se em 2003, uma relação direta com o MNCR.

A luta do MNCR em âmbito nacional é componente fundamental para a discussão sobre as transformações em torno da categoria, na compreensão de suas conquistas e seus principais desafios, pois ao longo dos anos de luta já foram atingidos alguns avanços, sobretudo no que se refere às mudanças na legislação, importante para dar visibilidade ao trabalho.

Com a criação do o Ciisc e a Senaes, espaços de diálogos diretos e orgânicos com o governo, o MNCR estabeleceu um importante diálogo com o Estado, e junto desses órgãos foram responsáveis por pensar e formular as políticas públicas para a categoria. Podemos dizer, entretanto que o movimento começou a atingir a esfera do governo pouco depois de seu surgimento, sendo incorporado ao Ciisc para em parceria com os gestores públicos refletir sobre a formulação de políticas para as(os) catadoras(es).

O Ciisc, formado em 2003, recebeu o nome de Comitê Interministerial para a Inclusão dos Catadores de Lixo, e em 2010 ele foi reestruturado e renomeado, passando a se chamar Comitê Interministerial

para a Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis. Essa alteração no nome do comitê reflete um novo entendimento sobre a categoria, que deveria ser desassociada do lixo. É necessário destacar que tal reconhecimento da categoria também está relacionado ao fato de que era preciso fomentar e discutir a coleta seletiva em âmbito municipal, estadual e federal. As acões advindas da Senaes visavam promover as atividades produtivas e econômicas na catação, buscando a inclusão das(os) catadoras(es) de materiais recicláveis nas iniciativas destinadas à coleta seletiva dos resíduos sólidos. Incluir os(as) catadores(as) nesse processo significava inclusive dialogar com o setor que tinha grande conhecimento sobre os processos da reciclagem. A articulação com o Governo Federal foi fundamental para que a pressão por mudanças resultasse em alterações nas leis, pois, ainda que as(os) catadoras(es) sejam historicamente o principal ator na cadeia produtiva, eram e ainda são necessários muitos avanços para a gestão dos resíduos sólidos com o protagonismo das(os) catadoras(es). Dentre as alterações na legislação, citarei três que considero principais: 1) Em 2006, o Decreto nº 5.940 instituiu a separação dos resíduos sólidos recicláveis nos órgãos e entidades da administração pública na fonte geradora, dando a destinação às cooperativas e associações<sup>14</sup> de catadoras(es) de materiais recicláveis. 2) Em 2007, como consequência das reivindicações apresentadas pelo movimento, houve uma importante conquista na Política Nacional de Saneamento Básico, que alterou a lei de licitações públicas nº 8.666, de 1993. A Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, previu a dispensa da licitação para as organizações de catadoras(es) de materiais recicláveis. Isso possibilitou que as cooperativas

14 O Ciisc estava num processo de revisão desse decreto pois este não previa remuneração, equipamentos para processar materiais sigilosos, transporte etc. Como o decreto é de 2006, antes de instituir a remuneração por prestação de serviços, e os materiais como bens econômicos, ele só garantia a doação. Isso demonstra que o Governo Federal também avançou junto com o aprendizado com a categoria.

<sup>13</sup> Adiante explicaremos mais detalhadamente a formação e a atuação do Ciisc.

e associações pudessem pleitear a contratação do seu trabalho sem a necessidade de passar pelo processo de licitação, como as empresas passam. Essa lei possibilitou para as(os) catadoras(es) a contratação como profissionais que prestam serviço de utilidade pública, garantindo um aumento da renda aos grupos (que passam a ter sua remuneração a partir da comercialização do material mais o pagamento por serviço prestado). 3) Em 2010, entretanto, houve uma das principais conquistas do movimento: a promulgação da Lei nº 12.305, regulamentada pelo Decreto nº 7.404, que é a Política Nacional de Resíduos (PNRS). A PNRS exigiu o fechamento dos lixões, acompanhado por medidas de inclusão social e emancipação econômica das(os) catadoras(es) de materiais recicláveis<sup>15</sup>. Além disso, instituiu a obrigatoriedade de elaboração do Plano de Resíduos Sólidos. Outra questão importante dessa política foi a instituição da responsabilidade compartilhada<sup>16</sup>, a logística reversa, que finalmente responsabiliza as indústrias/empresas pelo ciclo de vida dos resíduos sólidos que colocam no ambiente.

Essa lei foi de grande importância para a valorização do ofício feito há anos pelas(os) catadoras(es) de materiais recicláveis, pois foi "um primeiro passo ao planejamento necessário voltado a essa questão, o qual é comumente substituído por soluções imediatistas e pontuais" (Moreira 2012: 42).

15 O prazo para o fechamento dos lixões previsto pela PNRS era agosto de 2014. Sabemos, entretanto, que isso até hoje não foi cumprido. O professor Renan Contrera, em jornal da Universidade de São Paulo, avalia que falta compromisso dos municípios para o fim dos lixões. Para saber mais acesse: https://jornal.usp.br/atualidades/fim-dos-lixoes-e-adiado-por-falta-de-compromisso-dos-municípios/.

16 Segundo a PNRS: "XVII – Responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos: conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos, nos termos desta Lei".

Antes da PNRS não existia uma política de resíduos, e ainda que não seja específica para a categoria, ela menciona a existência das(os) catadoras(es) e abre a possibilidade para a contratação das cooperativas, tratando-as como trabalhadores(as). Antes da PNRS a forma como o poder público atuava frente a existência das(os) catadoras(es) era através da assistência social e da polícia.

#### Considerações finais

Durante os anos 2000 podemos dizer que as alterações que ocorreram na ocupação com a coleta e a separação de materiais recicláveis, feita por catadores(as), ganhou visibilidade o que ocasionou uma certa melhora no serviço, que possibilitou a abertura de cooperativas, a desassociação do material reciclável ao lixo, a contratação, o reconhecimento da categoria, aquisição de equipamentos para melhoria da condição de trabalho, visibilidade da profissão, entre outras. Vale ressaltar, entretanto, as continuidades, que ainda mantem a precariedade: a instabilidade de remuneração, a insalubridade, a falta de valorização. Apesar das condições laborais serem heterogêneas, é possível afirmar que no geral a precariedade ainda é ponto comum entre as cooperativas e associações de catadoras(es).

As alterações na legislação e as criações de conselhos, comitês e secretarias que visassem olhar para a situação dos resíduos sólidos recicláveis e para as pessoas que trabalham em torno deles foi um importante ganho, isso é inquestionável. No entanto, desde 2016 com o Golpe sofrido por Dilma Rousseff podemos dizer que o Ciisc sofreu um enfraquecimento (ao ser retirado da Secretaria Geral da presidência). Em 2019, quando Jair Bolsonaro assume a presidência do Brasil, diversas mudancas são realizadas. Thelma dos Santos (2020: 110) em sua tese de doutorado, destaca as mudanças que ocorreram na estrutura do governo federal e dos ministérios, mostrando como

o Ciisc desaparece da lista de órgãos ministeriais, não estando presente na lista de órgãos da Presidência da República e dos Ministérios aprovados pela Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019, o que pode indicar o desaparecimento do Comitê apesar do mesmo ainda continuar aparecendo no site do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

A autora ainda destaca a ausência do MNCR no Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), presença que até a atual gestão de Bolsonaro era certa. Ao iniciar o governo, Bolsonaro extinguiu o Ministério do Trabalho e Emprego<sup>17</sup>, dessa forma a antiga Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) teve suas atribuições enviadas ao Ministério da Cidadania. Dessa forma, que por isso já sofrem uma modificação: ao invés de serem associadas às políticas de trabalho e renda, ficam associadas à política de assistência social, voltando novamente a uma visão assistencialista de muitos EES. No que se refere aos catadores de materiais recicláveis isso parece um retrocesso, pois já havia sido superada a ideia de que era através da assistência social que lidava com os(as) catadores(as); é preciso olhá-los como importante categoria laboral.

Parece que encerramos um ciclo vivido ao longo das duas primeiras décadas dos anos 2000, com o fim de um canal de diálogo intenso entre poder público e MNCR. Santos (2020: 163) destaca que "os cortes orçamentários que a Senaes sofreu, com o desmonte e desaparecimento da secretaria, bem como das políticas públicas de economia solidária, as políticas públicas nacionais em prol dos catadores(as) desapareceram do mapa".

Os dados recentes do IBGE (2021) trazem números alarmantes do desemprego no Brasil, que atingem mais de 14 milhões de brasileiros(as).

17 No entanto, em julho de 2021, o presidente recriou a pasta com o nome de Ministério do Trabalho e Previdência, e colocou a frente dela Onyx Lorenzoni. Nada leva a crer, entretanto que o atual ministério terá uma atuação relevante para as cooperativas e para a economia solidária.

Esse texto abordou como o momento de desemprego vivenciado no país no final dos anos 1980foi um dos catalisadores para a abertura de cooperativas de trabalho no Brasil, dentre elas a da reciclagem. O momento atual talvez ainda precise ser estudado para a compreensão de como esse novo momento de altas taxas de desemprego, suscitadas também pela crise sanitária, pode inchar o serviço de catação. Não é incomum vermos pessoas desempregadas que, na busca de alternativas de ofício e renda, fazem a catação de materiais nas ruas, com seus próprios veículos e carrinhos de mão.

A pandemia ocasionada pelo vírus da covid-19 no ano de 2020 também reiterou a necessidade da contratação da categoria, para a superação da vulnerabilidade dos(as) catadores(as). Sem a garantia de renda, via contratação, a paralisação das atividades na catação que o isolamento social exigiu, significou a não obtenção de remuneração<sup>18</sup>. Essa situação ocorreu em diversas categorias de trabalho, que são informais, não apenas com a catação. Segundo o IBGE (2021), a informalidade no Brasil alcançou um índice de quase 40%, os(as) trabalhadores(as) informais no Brasil são em sua maioria mulheres negras, população também relevante para a catação. A pandemia acirrou as desigualdades já presentes na sociedade brasileira, levando em conta o mundo do trabalho e especificamente os(as) catadores de materiais recicláveis, é bom lembrar que o serviço feito pela categoria há décadas destina corretamente, desviando de aterros e dando sobrevida a diversos materiais, os materiais consumidos por toda a população, como: papel, plásticos, vidros etc. Se o setor industrial, empresarial (fabricante, distribuidor e comerciante) e o poder público tivessem assumido a responsabilidade inscrita na PNRS a situação de vulnerabilidade da categoria diante da crise sanitária, talvez fosse bem diferente.

18 Não sei ao certo como foi a paralisação das atividades em decorrência da pandemia. Imagina-se que ocorreu de maneira diferente em cada empreendimento, a depender do contexto local. É possível que boa parte dos(as) catadores(as) de materiais recicláveis não tenha paralisado as suas atividades.

É fundamental o reconhecimento do ofício dos(as) catadores como um serviço de utilidade pública. Por isso, acredita-se que é a partir da contratação das cooperativas e associações pelos serviços de gestão dos resíduos sólidos prestados a toda população local, a melhor alternativa para a melhoria das condições de trabalho e remuneração, além de ser importante passo para findar a vulnerabilidade da categoria.

É importante reiterar que o fato de existir em âmbito nacional a PNRS não implica, necessariamente, no contexto municipal uma gestão integrada e eficiente dos resíduos sólidos. Ainda é perceptível o desrespeito, por parte dos governos municipais, aos conhecimentos populares que os catadores adquiriram, importante ferramenta para a gestão dos resíduos sólidos municipais. É preciso, portanto, estar aberto para ouvir as(os) catadoras(es) e valorizar seus conhecimentos, foram eles(as) que deram valor e destinação para o que todos ainda consideravam lixo.

É necessário lembrar que uma vez que as cooperativas são majoritariamente formadas

por mulheres negras, todas as consequências da conjuntura que vivemos, apontadas acima, afetam diretamente elas. Apesar de constatar isso, ainda é difícil encontrar algum projeto vinculado à categoria que trate especificamente das questões de gênero e/ou de raça. Essa dimensão ainda precisa ser aprofundada para um avanço nas políticas para a categoria, o que não parece que vai acontecer diante do cenário político atual.

No entanto, cabe colocar o que considero a principal conquista do diálogo com a Economia Solidária e da articulação em torno do MNCR: o ganho político. A partir do momento que as(os) catadoras(es) compreenderam a dimensão dos seus direitos e da importância de sua ocupação tiveram um ganho político que proporcionou um enfrentamento da precariedade. É através desse ganho que entendo ser o passo para seguir adiante, pois nos últimos anos ter atuado coletivamente (no MNCR) fez com que a categoria conquistasse um potencial de mobilização que não será retirado, mesmo em governos antidemocráticos e antipovo.

MOTTA, D.C. The work of collectors: recyclable material is not garbage. R. Museu Arq. Etn. 40: 4-20, 2023.

Abstract: This article reflects on the work done by collectors of recyclable materials, based on the idea that it is a precarious service considering its origin in Brazilian society. It also locates some important characteristics for the analysis of the work, such as: looking at the racial and gender issue. The analysis is based on the assumption that it is necessary to value the work done by the category, it discusses the transformation suffered over the last decades and the importance of separating recyclable material from garbage. From the organization into cooperatives and associations, the relationship with the State from the Solidarity Economy and from the organization by the national movement of recyclable material collectors (MNCR), the article reflects on how such changes affected the continuity of the precariousness and instability of the category, since that most of these workers still depend only on the sale of materials to obtain their income.

Keywords: Work; Recyclable material; Garbage; Collector; Politics.

### Referências bibliográficas

- Abreu, A.R.P.; Jorge, A.F.; Sorj, B. 1997. O setor informal: desigualdades de gênero e raça.
  In: *Anais* do IV Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, 1997, Rio de Janeiro, 3, 1401-1424.
- Andrade, P. 2008. A economia solidária é feminina? A política nacional de economia solidária sob o olhar de gênero. *Ser Social*, 10.
- Araujo, A. 2012 Informalidade e relações de gênero. In: Leite, M.P; Georges, I.P.H. (Orgs.). Novas configurações do trabalho e economia solidária. Annablume, São Paulo, 135-172.
- Berríos, M.R. 2002. O lixo nosso de cada dia. In: Braga, J.C.R.; Carvalho, P.F. (Orgs.). Manejo de resíduos: pressupostos para a gestão ambiental. Laboratório de Planejamento Municipal/Unesp, Rio Claro, 9-39.
- Boito Jr., A. 2002. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil.* Xamã, São Paulo.
- Bosi, A.P. 2008. A organização capitalista do trabalho informal: o caso dos catadores de recicláveis. Revista brasileira de Ciências Sociais 23: 23-74.
- Brasil. Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília.
- Brasil. Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010. Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília.

- Brasil. Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília.
- Brasil. Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. *Diário Oficial* da União. Brasília.
- Brasil. Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. *Diário Oficial* da União, Brasília.
- Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego. 2002. Classificação brasileira de ocupações (CBO). Disponível em: <a href="http://www.mtecbo.gov.br">http://www.mtecbo.gov.br</a>. Acesso em: 28/04/2022.
- Cherfem, C.O.; Leite, M.; Wirth, I. 2015. Trabalho e resistência na reciclagem: movimento social, política pública e gênero. In: Leite, M.; Araujo, A.; Lima, J. (Orgs.). O trabalho na economia solidária: entre precariedade e emancipação. Annablume, São Paulo, 335-361.
- Costa, B.; Neves, M. 2007. Empreendimentos de reciclagem: as mulheres na economia solidária. *Economia Solidária e Ação Cooperativa*, 2.
- Dias, S; Matos, M; Ogando, A.C. 2013.
  Mujeres recicladoras: construyendo una agenda de género en las organizaciones de recicladores.
  In: Maldonado, V.S. et al. (Coords.).
  Medioambiente y desarrollo: miradas feministas desde ambos hemisferios.
  Universidad de Granada, Granada, 221-240.

- Fé, C.F.C.M.; Faria, M.S. 2011. Catadores de resíduos recicláveis: autogestão, economia solidária e tecnologias sociais. In: Zanin, M.; Gutierrez, R.F. (Orgs.) *Cooperativas de catadores: reflexões sobre práticas*. Claraluz, São Carlos, 15-36.
- Fernandes, F. 2008a. A Integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça braça. Globo, São Paulo.
- Fernandes, F. 2008b. *A integração do negro na sociedade de classes: no limiar da nova era.* Globo, São Paulo.
- Gaiger, L.I. 2012. A presença política da economia solidária. considerações a partir do primeiro mapeamento nacional. In: Leite, M.P.; Georges, I.P.H. (Orgs.). Novas configurações do trabalho e economia solidária. Annablume, São Paulo, 289-321.
- Guérin, I. 2003. Sociologia econômica e relações de gênero. In: São Paulo (Município). *Trabalho* e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas. Coordenadoria especial da mulher, São Paulo, 71-88.
- Gohn, M.G. 1997. *Os sem-terra, ONGs e cidadania*. Cortez, São Paulo.
- Gohn, M.G. 2007. Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. Loyola, São Paulo.
- Grimberg, E. 2005. A política nacional de resíduos sólidos: a responsabilidade das empresas e a inclusão social. In: Campos, J.O.; Braga, R. (Orgs.). Gestão de resíduos: valorização e participação. LPM/IGCE/UNESP, Rio Claro, 11-16.
- Holzman, L. 2012. Empreendimentos solidários e agentes externos: autonomia ou tutela? In: Leite, M.P.; Georges, I.P.H. (Orgs.). Novas configurações do trabalho e economia solidária. Annablume, São Paulo, 269-286.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2021.

  Desemprego fica em 14,6% no trimestre até maio e atinge 14,8 milhões de pessoas. Disponível em: <a href="https://bit.ly/3rXExvg">https://bit.ly/3rXExvg</a>. Acesso em: 20/08/2021.

- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2013. Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável. Disponível em: <a href="https://bit.ly/3FbwG2Z">https://bit.ly/3FbwG2Z</a>>. Acesso em: 28/04/2022.
- Jesus, C.M. 2007. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. Editora Ática, São Paulo.
- Leite, M. 2011. O trabalho no Brasil nos anos 2000: duas faces de um mesmo processo. In: Veras, R.; Gomes, D.; Targino, I. (Orgs.). *Marchas e* contramarchas da informalidade do trabalho. Das origens às novas abordagens. Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, Recife, 29-64.
- Leite, M.P.; Georges, I.P.H. 2012. Novas configurações do trabalho e economia solidária: democratização, inclusão ou precarização? In: Leite, M.P.; Georges, I.P.H. (Orgs.). Novas configurações do trabalho e economia solidária. Annablume, São Paulo, 13-30.
- Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. 2009. *A crise financeira e os catadores de materiais recicláveis*. Disponível em: <a href="https://bit.ly/3rZyTJ9">https://bit.ly/3rZyTJ9</a>>. Acesso em: 28/04/2022.
- Moreira, M.S. 2012. Gestão de resíduos sólidos recicláveis com a participação de catadores: o caso da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Ourinhos. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Estadual Paulista, Ourinhos.
- Motta, D.C. 2017. Desvendando nó: a experiência de auto-organização das mulheres catadoras de materiais recicláveis do Estado de São Paulo. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Nascimento, E.L. O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil. Summus, São Paulo, 2003.
- Neves, M. 2012. Dilema dos empreendimentos solidários: entre a precarização e a inserção social. In: Leite, M.P.; Georges, I.P.H. (Orgs.). Novas configurações do trabalho e economia solidária. Annablume, São Paulo, 323-349.

O trabalho dos(as) catadores(as): material reciclável não é lixo *R. Museu Arq. Etn.*, 40: 4-20, 2023.

- Santos, T.F. 2020. A organização dos "inorganizáveis": a experiência coletiva dos catadores e catadoras de materiais recicláveis na Paraíba. Tese de doutorado. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande.
- Schwengber, A. 2003. Economia solidária: de estratégia de resistência a estratégia de desenvolvimento. In: São Paulo (Município). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas*. Coordenadoria Especial da Mulher, São Paulo, 13-30.
- Silva, C. 2009 Experiências de economia popular solidária na Região Metropolitana de Belo Horizonte: observações, percepções e papéis de agentes mediadores e atores sociais.

  Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

- Singer, P. 2002. *Introdução a economia solidária*. Fundação Perseu Abramo, São Paulo.
- Warren, I.S. 2006. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. Sociedade e Estado 21: 109-130.
- Wirth, I. 2011. A divisão sexual do trabalho em cooperativas de reciclagem: um olhar sobre os trabalhos das mulheres. In: ZANIN, M.; GUTIERREZ, R.F. (Orgs.). Cooperativas de catadores: reflexões sobre práticas.

  Claraluz, São Carlos, 103-135.
- Zanin, M.; Gutierrez, R.F. (Orgs.). 2011.

  Cooperativas de Catadores: reflexões sobre práticas.

  Claraluz, São Carlos.